

## Falta de acordo adia exame da MP sobre Banco Central

Página 3



**VOTAÇÃO** Os créditos suplementares só foram aprovados porque Heráclito (de costas) desistiu da verificação de quórum

## Congresso aprova créditos suplementares

Oposição cobra mudanças, e líder governista reconhece necessidade de alterar elaboração do Orçamento

A sessão de ontem do Congresso, destinada a votar créditos suplementares de órgãos públicos, serviu de palco para reclamações

quanto à efetividade do Orçamento da União. O líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra, defendeu mudanças.

Página 4

## Entidades querem simplificar reforma agrária

Hoje, o Incra desapropria a terra e o proprietário recebe a indenização, mas levanta dúvidas na Justiça, prolongando o andamento do processo. Quem relata os entraves ao assenta-

mento de trabalhadores sem terra é o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Plínio de Arruda Sampaio, que esteve ontem com o presidente do Senado, José

Sarney. Acompanhado de representantes de outras entidades, ele pediu ao Congresso que aprove logo proposta que simplifique a desapropriação para fins de reforma agrária.

Página 5



**AVANÇO** Amorim (ao lado de Suplicy) reconhece problemas no Mercosul, mas adverte que eles só serão resolvidos com o aprofundamento da integração

## Prioridade do Brasil é a OMC, afirma Amorim

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, apontou ontem a prioridade da agenda brasileira no campo internacional: as negociações em andamento na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Amorim afirmou que o país tem grande

interesse nas conversações multilaterais para liberalizar o comércio mundial, citando as vitórias brasileiras no caso do algodão e do açúcar. Quanto à presença de tropas do Brasil no Haiti, o chanceler previu que os próximos seis meses serão um período decisivo para se definir a duração da permanência naquele país.

Página 8



**APELO** Sarney cumprimenta representantes de entidades pró-reforma agrária, que pedem aprovação de projeto



**JUSTIÇA** Para Maguito Vilela, responsáveis pela escalção do atleta devem ser punidos

## Maguito protesta contra possível punição a clube

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) assumiu a defesa da torcida do São Caetano e protestou contra uma possível decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) de responsabilizar e punir o time pela morte súbita do jogador Serginho, durante partida contra o São Paulo em outubro passado. Se essa previsão se confirmar, Maguito disse que o São Caetano deve perder pontos no campeonato brasileiro e ser afastado da disputa pelo título da competição, do Sul-Americano e da Taça Libertadores da América.

– No meu entendimento, deve prevalecer o bom senso. Puna-se quem cometeu (se realmente cometeu) a irresponsabilidade de escalar um atleta sem condições de jogo. Mas preservem aqueles que fazem a grandeza do futebol e que nada tiveram a ver com possíveis erros cometidos por um ou por uma minoria – apelou.

Maguito sustentou que o São Caetano poderia estar livre desse tipo de punição se o Congresso já tivesse aprovado projeto de lei (PLS 419/03) de sua autoria que proíbe a perda ou a conquista de pontos pelos clubes na Justiça.

# ACM sugere prêmio em homenagem a jornalista

■ Senador propõe concurso de reportagens para cultuar memória de Roberto Marinho

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou projeto de resolução instituindo o Prêmio Roberto Marinho de Mérito Jornalístico. Ele disse que essa é uma homenagem pessoal destinada a cultuar a memória de um homem que construiu a terceira maior rede de televisão do mundo.

Ao resumir as normas do prêmio, Antonio Carlos disse que, a cada ano, a melhor reporta-

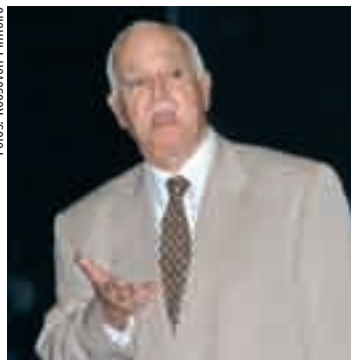


Foto: Roosevelt Pinheiro

**MEMÓRIA** ACM diz que, se o homenageado fosse vivo, "muitas coisas não estariam acontecendo"

gem do país, a ser escolhida por uma comissão designada pela Presidência do Senado, será contemplada com esse prêmio.

– Poderá ser reportagem po-

lítica ou não. O importante é que continuemos a cultuar o nome dessa figura exemplar, como jornalista e como empresário, muito mais ainda como jornalista, que era o que ele se gabava de ser e era.

Antonio Carlos referiu-se à tarefa a que Roberto Marinho se entregou com pouco mais de 20 anos, transformando o jornal herdado do pai na maior empresa jornalística do país.

O senador também observou que, se Roberto Marinho estivesse vivo, "muitas coisas não estariam acontecendo no país". De acordo com o parlamentar, o Legislativo já fez várias homenagens ao jornalista, mas ainda é pouco.



**OPORTUNIDADES** Mozarildo sugere pelo menos um curso em todas as capitais brasileiras

## Mozarildo defende cursos de Medicina

Ao cumprimentar os 23 estudantes que concluíram no dia 30 de novembro o curso de Medicina na Universidade Federal de Roraima, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a instalação de pelo menos um curso de Medicina em todas as capitais brasileiras. Ele lamentou que exista uma campanha nacional contra a implantação de novos cursos.

– Os que fazem esse tipo de campanha trabalham a favor da ampliação das desigualdades regionais. Infelizmente, as regiões Sul e Sudeste concentram, hoje, 80% dos cursos de Medicina do país.



**HONRARIA** Sérgio Cabral informa que insígnia tem 200 anos e foi criada por Napoleão I

## Médico brasileiro é condecorado pela França

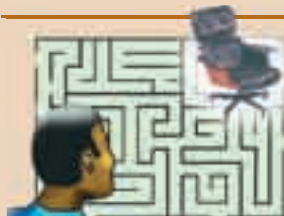
O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) informou ao Plenário que o psiquiatra e professor brasileiro Jorge Alberto Costa e Silva foi agraciado com a insígnia de Chevalier de l'Ordre National de la Légion d'Honneur, do governo da França, por serviços prestados à medicina brasileira, francesa e mundial.

A condecoração, a mais alta que o governo da França concede a cidadãos do mundo inteiro que se destacam nas artes e ciências, está completando 200 anos em 2004, tendo sido criada pelo imperador Napoleão I, lembrou Sérgio Cabral.

## Agenda

### Plenário

A sessão de hoje tem início previsto para as 9h. Sem a votação de matérias, ela se destina a pronunciamentos dos senadores, comunicados, apresentação e leitura de projetos. Na próxima semana, o Plenário retoma a análise da medida provisória que dá status de ministro ao presidente do Banco Central (MP 207/04). A proposta tranca a pauta de votações.



### Rádio debate mercado de trabalho

A inserção do negro no mercado de trabalho é o tema de *Autores e Livros*, que a Rádio Senado apresenta no domingo, às 9h. O diretor da Fundação Palmares, Zulu Araújo, fala sobre seu livro *O Negro no Mercado de Trabalho*. Ele revela dados de vários institutos de pesquisa para mostrar que o difícil acesso à educação acaba prejudicando a atuação profissional dos afro-descendentes.

### TV entrevista músicos

A TV Senado exhibe neste domingo, às 21h30, uma entrevista com o multiinstrumentista Carlos Malta e o pianista Philippe Baden Powell. O primeiro domina instrumentos de sopro e o segundo herdou do pai (Baden Powell) o talento para a música.

### Conheça o Senado

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, inclusive o Plenário. O passeio começa de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30 nos dias úteis, e entre 10h e 14h nos fins de semana e feriados.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**RISCO** Segundo Paim, o período de transição até estágio de maior controle da atividade requer atenção

## Paim alerta para situação dos produtores de tabaco

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que a questão central para as famílias de produtores de tabaco é o período de transição até um estágio de maior controle da atividade. O parlamentar gaúcho observou que, só no Rio Grande do Sul, 300 mil famílias vivem da plantação do fumo.

Justamente naquele estado, na cidade de Santa Cruz, será realizada na segunda-feira uma audiência pública com produtores e representantes da área da saúde para debater a convenção-quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS) com regras para o controle do tabaco. A audiência foi convocada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), responsável por analisar a convenção com vistas à aprovação da mesma.

A convenção fixa padrões internacionais para o controle do tabaco, com providências relacionadas à propaganda; política de impostos e preços; rotulagem; comércio ilícito; entre outras. O tratado não substitui as ações nacionais e locais para o controle do tabaco.

### Deficientes

Em seu discurso, Paim abordou também a importância da aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ele disse ter debatido o tema com o atleta Clodoaldo Silva, que conquistou seis medalhas de ouro nas Paraolimpíadas de Atenas.

Outro tema tratado pelo senador foi a criação de uma comissão mista para discutir o aumento para o salário mínimo, de forma a evitar que o governo promova o reajuste por meio de medida provisória.

Paim falou ainda dos resultados de pesquisa que mostra a permanência de um quadro preocupante de miséria, principalmente entre os negros.

# Adiada votação da MP que dá status de ministro a Meirelles

Falta de acordo impede o exame da matéria e transfere a análise do restante da pauta para terça-feira

Por falta de acordo entre as lideranças do governo e da oposição, não foi votado ontem o projeto de lei de conversão (PLV 54/04) da medida provisória (MP 207/04) que dá status de ministro ao presidente do Banco Central. Como era o primeiro item da pauta, as demais propostas tiveram a votação adiada para terça-feira.

O projeto foi aprovado pela Câmara na terça-feira, quando só foi possível pôr a matéria em votação e aprová-la depois que o governo aceitou uma emenda do deputado Miro Teixeira (PPS-RJ), que estende o status de ministro a todos os ex-presidentes do BC.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a medida provisória "parece uma condenação precipitada". Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao editar a MP, "condenou prematuramente o presidente do Banco Central", já que confere a ele "uma blindagem protetora para impedir que uma investigação normal do Ministério Público possa atingi-lo".

## Jefferson critica submissão do Legislativo ao Executivo

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) condenou ontem o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo, por entender que essa prática está transformando o Executivo no real Poder Legislativo da República, relegando deputados e senadores a uma função secundária, meramente periférica, na elaboração das leis do país.

– Essa fúria legislante do Executivo vem colocando os congressistas à mercê dos caprichos não somente do Planalto, mas também dos ministérios. Certamente cada ministro pressiona o governo para a edição de medida provisória sobre assunto de seu interesse, por entender que esse é o caminho mais curto para sua aprovação no Congresso – afirmou.

Em tom irônico, Jefferson Péres disse que os ministros



**CONTRADIÇÃO** Para Alvaro Dias, a MP "parece uma condenação precipitada" do presidente do BC

Alvaro Dias afirmou ontem que o próprio presidente do BC, Henrique Meirelles, não desejaria esse tipo de blindagem, se ele sabe da licitude dos procedimentos que adotou ao longo de sua vida pública. De acordo com o parlamentar, seu partido defende a investigação de denúncias de supostas irregularidades, mas considera injusta uma condenação precipitada.

### Inconstitucional

Alvaro Dias reafirmou a disposição do PSDB de rejeitar a mudança de status do presidente do Banco Central e ressaltou que a medida foi considerada inconstitucional pelo próprio procurador-geral da República, Cláudio Fonteles – cuja nomeação, observou

o parlamentar, foi feita pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, por não atender aos pressupostos de urgência e relevância necessários a uma MP. O senador afirmou ainda que a proposta é casuística, por visar proteger o atual presidente do BC.

### Críticas de FHC

Para o senador pelo Paraná, é "surpreendente e inexplicável a ojeriza" que o governo tem pelas críticas formuladas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A seu ver, não haveria ninguém mais qualificado e preparado para o papel de crítico, já que o ex-presidente exerceu o mandato por oito anos.

Alvaro Dias afirmou que a reação do presidente é surpreendente "até porque procura investir contra o ex-presidente com palavreado inusual para quem exerce o cargo de maior dirigente do país". Ele criticou o fato de Lula ter comparado Fernando Henrique ao ex-marido que deseja ver a ex-esposa infeliz ao lado do novo companheiro. Criticou ainda a alusão à "herança maldita" deixada pelo governo anterior, para FHC uma "cantilena dos que assumem o poder com a insegurança de não poder organizar os compromissos assumidos".



Célio Azevedo

**INFERIOR** Excesso de MPs faz com que o Congresso seja relegado a uma função secundária, diz Jefferson

optou por transmitir a reunião da Comissão de Relações Exteriores, onde estava depondo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

– Posso até entender a decisão: "Depoimento de ministro? Isso é mais importante do que votação de senadores", devem ter pensado os funcionários – frisou o senador, advertindo que a submissão do Legislativo ao Executivo é lamentável sob todos os pontos de vista.



**VIOLÊNCIA** Segundo Tebet, povo questiona "se a bandidagem está vencendo o poder público"

## População quer ver a polícia na rua, adverte Ramez Tebet

A aparente banalização da violência, que estaria provocando letargia na sociedade brasileira, levou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) a pedir que o Estado faça valer a sua autoridade. Em aparte, vários senadores apoiaram o discurso de Tebet e manifestaram preocupação com o crescimento da violência.

– A população precisa ver a polícia na rua enfrentando essa onda avassaladora de violência – afirmou Tebet, para quem o Estado deve "aplicar repressão, mesmo".

O senador disse que as pessoas estão perguntando se "a bandidagem está vencendo o poder público", frisando que a sociedade precisa saber que o Estado é mais forte que o crime organizado e o narcotráfico. Ele reconheceu que a violência tem causas sociais, mas observou que não é apenas isso.

### Razões

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) observou que é "uma falácia" explicar com a miséria a criminalidade nos centros urbanos. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse estar estupefato com declarações do governo de que os índices de violência estão diminuindo. "Não sei onde buscam tanta coragem para tamanha desfaçatez", afirmou.

A aprovação do Estatuto do Desarmamento pelo Congresso e a permissão para que as Forças Armadas participem de operações policiais foram lembradas por César Borges (PFL-BA), e Delcídio Amaral (PT-MS) perguntou quando o Congresso vai discutir a lei de fronteiras. Já Magno Malta (PL-ES) lembrou que o Espírito Santo está enfrentando o crime organizado comandado de dentro das penitenciárias, com a colaboração do governo.

# Créditos para órgão público e policiais de ex-territórios

■ Em sessão realizada ontem, Congresso aprovou quatro projetos que autorizam recursos suplementares

O Congresso aprovou ontem quatro projetos autorizando créditos suplementares, sendo o de maior valor o que libera R\$ 2,4 bilhões para o Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público (PLN 87/04). A votação foi possível porque Heráclito Fortes (PFL-PI) retirou pedido de verificação de quórum. Foi aprovado também crédito de R\$ 12,6 mil para o Supremo Tribunal Federal e o Ministério da Educação (PLN 91/04).

Os dois outros projetos destinam-se a cumprir decisão judicial para pagamento a policiais do ex-território do Amapá, (PLN 80/04) e a servidores das carreiras da Polícia Civil do extinto território de Rondônia (PLN 102/04). As matérias vão a sanção.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), a decisão representa o resgate de dívida social. A sessão foi presidida por Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).



**DIÁLOGO** Senadores do governo e da oposição conversam na sessão em que o Congresso Nacional aprovou os créditos suplementares

## Antonio Carlos critica votações "às pressas"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o Executivo não age corretamente ao esperar que os parlamentares votem as solicitações de créditos às pressas. Para o senador, essa postura do governo federal gera uma "desmoralização permanente do Congresso Nacional", mas este também é responsável, pois não vota o Orçamento impositivo, que permitiria eliminar a necessidade de deliberação sobre créditos suplementares.

– Todos acham notável o Orçamento impositivo, to-

dos querem que se vote, mas ninguém vota. Foi assim com Fernando Henrique Cardoso e será assim com Luiz Inácio Lula da Silva – declarou.

De acordo com o senador, o líder governista Aloizio Mercadante (PT-SP) procura atenuar o problema, mas não o resolve em definitivo, como a situação merece. Antonio Carlos ressaltou ainda que esse tipo de demora e dificuldade na confecção do Orçamento só beneficia os que votam "na madrugada" e se aproveitam dessa situação.

## Comissão deve propor forma de elevar o mínimo

O Congresso aprovou requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) solicitando a criação de comissão temporária para propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo. O requerimento estabelece que a comissão será composta por 11 deputados e 11 senadores.

A comissão terá 90 dias para funcionar e deve ouvir, além de governadores e prefeitos, os ministros da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Trabalho e Emprego; e da Previdência e Assistência Social.

## Senadores querem ampliar a análise do Orçamento

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) informou que, em reunião realizada na quarta-feira, entre as lideranças partidárias na Câmara e no Senado e o líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN), ficou acertado que determinadas questões serão discutidas e resolvidas ao longo da aprovação do Orçamento de 2005, entre elas a relativa ao fundo de exportação.

– Não aprovaremos essa lei sem um exame exaustivo de aspectos relevantes. Esse rito sumário é absolutamente imprudente, é impossível o exame de uma lei com essa complexidade em 30 dias. Estamos dispostos a trabalhar no limite para que nossas responsabilidades sejam contempladas – afirmou Sérgio Guerra.

O senador registrou ainda que a oposição quer regras claras, transparência em relação ao Orçamento vigente e análise acurada do Orçamento para 2005. O senador defendeu a equidade na liberação de recursos pleiteados em emendas



José Cruz

**MÉTODO** Líder do governo no Congresso, Bezerra quer mudar forma de elaboração do Orçamento

parlamentares, afirmando que tais pleitos referem-se a projetos para o país, os estados e os municípios.

Fernando Bezerra concordou com a necessidade de uma discussão aprofundada do Orçamento, que, em sua opinião, é quase uma "peça de ficção".

– Precisamos mudar o método de elaboração do Orçamento. Temos oportunidade de fazê-lo nessa discussão – acrescentou.

## Agripino: sem nova tabela do Imposto de Renda, PFL não vota

O senador José Agripino (PFL-RN) comunicou, na sessão de ontem do Congresso, que o PFL só votará o Orçamento da União para 2005 se o governo cumprir compromissos assumidos anteriormente, como o de atualizar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física e o de compensar estados e municípios pelas perdas com a desoneração das exportações determinada pela Lei Kandir.

– Não concordaremos em votar o Orçamento sem a solução da questão da atualização da tabela do Imposto de Renda – afirmou.

O PFL também decidiu que só votará créditos suplementares quando eles se referirem a recursos para o pagamento de pessoal.



Roosevelt Finheiro

**DECISÃO** Segundo Agripino, seu partido também só votará créditos para pagamento de pessoal

Se essas exigências não forem cumpridas, disse o líder, o Partido da Frente Liberal exercerá seu direito de obstruir e impedir as votações da Lei Orçamentária.

## Mercadante relata providências para apuração de denúncias no Sifi

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), relatou ontem, em sessão conjunta do Congresso, as providências que adotou em relação a denúncia feita pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), no último dia 19, de supos-

ta adulteração na base de dados do Sifi (Sistema Integrado de Administração Financeira) para liberação de verba a estados inadimplentes, como o Piauí. O líder informou ter pedido ao subcontrolador-geral da União, Jorge Hage, uma investigação

completa do episódio. Hage lhe informou que iria sustar a senha de acesso ao Sifi e apurar a denúncia com rigor.

Para o líder, Heráclito atuou com correção. Mercadante agradeceu a atitude do senador, disse que fará chegar ao go-

vernador do Piauí, Wellington Dias, o reconhecimento a Heráclito e que é preciso informar a imprensa local.

Após a denúncia, segundo Heráclito, notas em jornais locais foram publicadas com insinuações à sua conduta.

– Tive o cuidado de dizer que não acreditava no envolvimento do governador, mas defendi a apuração dos fatos – afirmou.

Heráclito recebeu apoio dos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

## Thomaz Bastos relata a Sarney prisões no TCU

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que fez um relato sobre a Operação Sentinela, realizada pela Polícia Federal, e que resultou na prisão de funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Poder Legislativo.

– Quero louvar a cooperação do presidente e de todos os ministros do Tribunal de Contas, que deram todo o apoio à operação, contribuíram, colaboraram, e somos muito gratos a eles – esclareceu o ministro.

Bastos não confirmou a informação de que uma empresa do ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, estaria sendo investigada, mas garantiu que isso não mudaria em nada os rumos da investigação.

– Não muda, e nem se sabe se está envolvida. É uma investigação, e o ministro Eunício de Oliveira merece todo o nosso respeito e consideração. As investigações são feitas de maneira impessoal e republicana.

No Plenário, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que o ofício enviado ao Senado pelo presidente do TCU, Valmir Campelo, tratando de operação, depõe contra o próprio tribunal.

Em ofício, Campelo anunciou a destituição das funções comissionadas e o afastamento preventivo dos servidores sob investigação. Além disso, o TCU decidiu rescindir contratos firmados com empresas supostamente beneficiadas pelas fraudes.

Antonio Carlos disse que o ofício mostra fraqueza do TCU. "O ofício é lamentável e não deveria ter sido enviado para ninguém, porque mostra fraqueza do TCU, que deveria estar forte para enfrentar os absurdos cometidos pelo governo. É inacreditável que o presidente do TCU aceite a invasão do tribunal e da residência de seus membros para a Polícia Federal agir. Daqui a pouco vão botar algemas no presidente do TCU – disse Antonio Carlos.



PRESSA Plínio de Arruda Sampaio entrega ao presidente do Senado projeto elaborado por entidades civis

## Entidades propõem rito ágil na reforma agrária

■ Sarney recebe projeto de ex-deputado que sugere desapropriação sem reversão da propriedade

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio. Acompanhado de representantes de entidades da sociedade civil, inclusive indígenas, ele pediu providências para a votação de projeto destinado a simplificar a reforma agrária. Sarney prometeu que será um soldado na luta pela aprovação da matéria.

Plínio argumentou que, de tempos em tempos, a opinião pública assiste a um massacre de trabalhadores rurais sem terra, como as ocorrências de Corumbiara, Eldorado dos Carajás e Felisburgo. Em sua opinião, uma das causas dessa violência é a demora na solução dos atos de desapropriação de terras.

– Hoje, o Incra desapropria, o proprietário recebe o dinheiro e vai levantar dúvidas na Justiça, prolongando o andamento do processo. As famílias às quais as terras deveriam ser destinadas ficam acampadas nas estradas, à mercê das agressões.

Ele disse que o projeto objetiva corrigir falha da legislação, estabelecendo que essa

questão se resolverá pela via da indenização, sem reversão da propriedade do imóvel.

Plínio também anunciou que a proposta, elaborada por entidades da sociedade civil, já foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, que também prometeu apressar sua votação.

Antes da audiência com o presidente do Senado, o ex-deputado, acompanhado de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), acompanhou a sessão do Plenário. A presença da comissão em Plenário foi anunciada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



HOMENAGEM Paim ressalta em seu discurso que todo líder é polêmico e que Brizola foi um dos maiores líderes brasileiros: "Suas idéias continuam vivas"

## Paim preside lançamento de livro sobre trajetória de Brizola

Numa iniciativa do vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), foi lançado ontem, na Biblioteca Luiz Viana Filho, o livro *Brizola – Da Legalidade ao Exílio*, da jornalista Dione Kuhn. Em seu discurso, Paim afirmou que todo grande líder é polêmico.

– Líder ideal não existe. Todo grande líder é polêmico. Brizola

foi um dos maiores líderes que este país já teve. Suas idéias continuam vivas.

A autora, Dione Kuhn, disse que seu propósito foi sintetizar dois momentos históricos de Brizola – a Campanha da Legalidade, liderada por ele em 1961, e o exílio de 15 anos. O prefácio do livro é assinado pelo jornalista Flávio Tavares.

## Tuma mostra Interlegis a vereadores

Na abertura ontem do III Seminário Nacional Interlegis, o 1º secretário do Senado e diretor nacional do programa Interlegis, senador Romeu Tuma (PFL-SP), explicou aos novos vereadores que participam do evento como funciona o programa e os serviços que a entidade oferece. O seminário será encerrado hoje no auditório do Interlegis.

– O programa moderniza o Poder Legislativo e coloca em rede todos os brasileiros. O Interlegis é um veículo que está à disposição do Parlamento brasileiro e, principalmente, da sociedade – disse o senador.

Tuma informou que o programa dispõe de um vasto banco de dados sobre assuntos do Legislativo e que o portal recebe cerca de 140 mil visitas



ALCANCE Tuma explica aos novos parlamentares que programa está ligado hoje a 2.700 câmaras municipais, recebendo 140 mil visitas mensais

mensais. Ele lembrou também que mais de 2.700 câmaras municipais já receberam sem custo um computador, uma impressora e um concentrador de comunicação que permite acesso à Internet.

Segundo ele, até o próximo

ano, estima-se que cerca de 3.200 câmaras municipais estejam interligadas, além de milhares de novos parlamentares. O programa Interlegis dispõe ainda de atividades, projetos, cursos e treinamentos, acrescentou o senador.

## STF confirma permanência de Capiberibe

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou na tarde de ontem, por seis votos a quatro, a liminar concedida pelo ministro Eros Grau ao senador João Capiberibe (PSB-AP) – foto – e sua esposa, a deputada Janete Capiberibe. Com a decisão, os dois parlamentares continuam no Congresso até que o plenário do Supremo julgue em definitivo um recurso do casal contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cassou os dois mandatos por compra de votos.



Roosevelt Pinheiro



**TRANSPARÊNCIA** Sérgio Guerra diz que PSDB quer regras claras para votação do Orçamento

## Sérgio Guerra critica governo e ministro Eduardo Campos

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse ontem que as relações do Executivo com o Congresso nunca foram tão desestruturadas e tão inconsistentes como agora, no governo Lula.

Sérgio Guerra ressaltou que seu partido já informou ao líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que se compromete a honrar compro-

missos sem nenhuma exigência de aprovação de emendas parlamentares ao Orçamento. Para ele, o compromisso de seu partido é com a aprovação de projetos prioritários para o desenvolvimento nacional, sem a preocupação de contrapartidas orçamentárias.

– O nosso líder na Câmara, deputado Alberto Goldman, disse muito bem, que no quadro atual talvez

fosse melhor não haver emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União – assinalou.

Sérgio Guerra acrescentou que o PSDB e o PFL querem regras transparentes para a liberação de emendas parlamentares e para a votação e aprovação do Orçamento.

O senador criticou o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, que, conforme ele, não está

cuidando das tarefas específicas e complexas de sua pasta, mas fazendo política partidária e eleitoral menor. E afirmou que Campos esteve em várias cidades do interior de Pernambuco para inaugurar abatedouros públicos, reuniu prefeitos e atacou o governador Jarbas Vasconcelos. Segundo o senador, ele estava ali como um ministro do governo, e não poderia atacar o governador.

# Ideli cita Noel Rosa ("palpite infeliz") para responder a FHC

"Quem é você que não sabe o que diz?", entoa a líder do PT, que aproveita para homenagear o samba

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), usou ontem a letra do samba *Palpite Infeliz*, de Noel Rosa, para refutar críticas da oposição num momento em que indicadores como o crescimento do produto interno bruto (PIB) e das exportações comprovavam o acerto da política econômica. "Quem é você que não sabe o que diz?/Meu Deus do céu, que palpite infeliz...", entou da tribuna do Senado a parlamentar catarinense, que é integrante de uma escola de



**ARGUMENTO** Segundo Ideli Salvatti, "tem samba para todos, e samba para tudo"

samba em Florianópolis.

O discurso de Ideli foi um misto de resposta aos opositores e homenagem ao Dia Nacional do Samba, comemorado ontem. Depois de classificar o

samba de a "mais importante manifestação cultural brasileira", a senadora passou a teorizar sobre esse gênero musical com o objetivo de mostrar o que considera um equívoco dos críticos do governo Lula.

– O samba encarna a alma, o jeito de ser do brasileiro. Tem samba para todos e samba para tudo, querem ver? Esta semana estamos vivendo uma controvérsia acirrada sobre competência, resultados. O samba do Noel é o mais adequado para o momento.

Ideli mostrou em seguida uma relação de bons indicadores: o PIB de 5,3% acumulado em 2004, o aumento do consumo familiar, a queda do desemprego, a elevação das exportações e a volta do risco

Brasil (indicador da confiança internacional no país) ao patamar de 403 pontos, o menor desde 1997.

Na parte do discurso que chamou de "repique da bateria", Ideli apresentou os resultados do governo na área social, entre os quais os gastos de R\$ 5,1 bilhões com o programa Bolsa-Família em 2004, contra R\$ 2,4 bilhões em 2002, último ano do governo Fernando Henrique. Conforme a senadora, o número de equipes do Programa Saúde na Família subiu de 786 em 1995/1996 para 21.034 em 2003/2004. No mesmo intervalo de tempo, o número de jovens e adultos matriculados em cursos de alfabetização subiu de 2,8 milhões para 4,7 milhões.



**DESCONFIANÇA** "Ninguém investia no Brasil por não ter certeza de ter seu capital de volta", diz Costa

## Hélio Costa aponta volta da credibilidade

Ao contestar declarações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de que o governo Lula seria incompetente, Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou ontem dados favoráveis dos dois anos do atual governo. O senador lembrou que acompanhou o risco país "chegar à estratosfera" no governo anterior, o que revelava a total desconfiança do mercado internacional na economia do país.

– Ninguém investia no Brasil por não ter certeza de ter seu capital de volta – afirmou o senador, acrescentando que hoje o risco país está abaixo de 400 pontos, um marco importante para a economia.

Com isso, disse Hélio Costa, o Brasil voltou a ter credibilidade, estando no mesmo nível da Rússia e em situação mais privilegiada que o México e outros países da América Latina. Para ele, hoje o Brasil é visto como um país bem administrado.

## PMDB da Paraíba deve apoiar governo

Ney Suassuna (PMDB-PB) informou que a convenção estadual que seu partido fará hoje na Paraíba deverá manter o apoio do PMDB ao governo federal. Segundo ele, a Paraíba deverá ser "um dos 17 estados que continuarão apostando na governabilidade".

O parlamentar observou que o PMDB tem responsabilidade pela governabilidade, papel estabelecido por meio de uma convenção partidária.

## Heráclito: "Você pagou com ingratidão a quem lhe deu a mão"

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) recorreu à letra da música *Canto Chorado*, de Billy Blanco, que diz: "o que dá pra rir dá pra chorar", para responder à senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que usou letras de sambas tradicionais para destacar os resultados positivos do governo.

O senador citou ainda canção imortalizada pela intérprete Beth Carvalho que diz: "você pagou com ingratidão a quem sempre lhe deu a mão", afirmando que seguia sugestão

que recebera havia pouco, de uma eleitora de Minas Gerais, por meio de seu gabinete, em referência à atuação do governo petista. Heráclito acrescentou que essa era a "voz da população".

Ideli Salvatti havia mencionado a música *Palpite Infeliz*, de Noel Rosa, entre outras, para comemorar o Dia do Samba e realçar a frustração daqueles que fizeram previsões negativas sobre o governo do PT. Ela frisou que os números positivos



**CANTO** Heráclito Fortes recorre à letra de Billy Blanco: "O que dá pra rir dá pra chorar"

alcançados nos dois primeiros anos da gestão do PT superam proporcionalmente os alcançados pelo governo Fernando Henrique em oito anos.

## Demostenes: estudo do IBGE mostra que "não há herança maldita"

Demostenes Torres (PFL-GO) analisou ontem estudo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e intitulado *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2004*. O trabalho vem sendo feito desde 2002 e integra-se ao conjunto de esforços interna-

cionais para a concretização das idéias e princípios formulados na Agenda 21 em dimensões ambiental, social e econômica. Os dados são oriundos de estudos e levantamentos do próprio IBGE e de outras instituições e, segundo disse Demostenes em resposta a aparte de Eduardo

Suplicy (PT-SP), "o IBGE fez esse levantamento para demonstrar cabalmente que não há herança maldita deixada pelo governo anterior".

Demostenes observou que o documento responde a várias questões sobre a crise brasileira. "Somos realmente uma

nação condenada ao subdesenvolvimento? É verdade que o Brasil piorou desde então? É uma pergunta imprescindível: a era Fernando Henrique Cardoso destinou mesmo ao PT um país caótico e ingovernável? Ou seja, qual é a natureza da propalada herança maldita?"



**CONTESTAÇÃO** "A era Fernando Henrique destinou mesmo ao PT um país ingovernável?"

## César Borges pede ressarcimento para estados

César Borges (PFL-BA) voltou a defender o cumprimento de acordo para o ressarcimento da perda de receitas dos estados com a desoneração das exportações. A desoneração, explicou o senador, consistiu em pacto entre estados e União, que deixam de recolher tributos referentes à exportação para incentivar as empresas a vender ao exterior.

De acordo com o senador, as perdas, "que deveriam ser divididas com a União", estão sendo empurradas para os governos estaduais. Ele disse que o ressarcimento da União, que até julho de 2001 significava 55% das perdas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), representou de julho de 2003 a junho deste ano apenas 18,7%.

– Dos cerca de R\$ 18,3 bilhões de perdas nesse último período, a União ressarciu apenas R\$ 3,4 bilhões – informou, sa-



**NÚMEROS** Conforme César Borges, União ressarciu apenas R\$ 3,4 bi para perdas de R\$ 18,3 bi

liendo que a Bahia tem sido especialmente penalizada.

César Borges tem um projeto que premia os estados com descontos progressivos sobre o pagamento dos juros da dívida com a União, em razão do crescimento de suas exportações. No entanto, disse o senador, o projeto está parado por manobra do governo.

O senador citou o caso do Fundef, criado para ser uma parceria entre municípios, estados e União: "A parceria jamais ocorreu. A participação da União foi sempre insignificante e decrescente, saindo de 3,7%, em 1998, para 1,6%, em 2003".



**INFORMAÇÃO** Ana Júlia defende transparência na concessão de incentivos fiscais

## Ana Júlia quer unificação do ICMS

A propósito da inclusão de recursos no Orçamento Geral da União para o Fundo de Compensação das Exportações, Ana Júlia Carepa (PT-PA) reconheceu o direito dos estados de receber compensações pelos

incentivos fiscais que concedem às empresas exportadoras, mas cobrou contrapartida em relação à unificação das alíquotas do ICMS.

– Está na hora de os governadores fazerem sua parte em relação à reforma tributária, conforme foi acertado durante a negociação no Congresso. Somente a unificação do ICMS poderá pôr fim à guerra fiscal que prejudica a todos – frisou.

Ana Júlia reivindicou transparência nos incentivos concedidos pelos estados às empresas que não fazem parte do esforço exportador. Ela citou denúncia da revista *IstoÉ* sobre uma cervejaria instalada há 30 anos no Pará, que recebe incentivos fiscais até hoje. A senadora afirmou ser favorável aos incentivos, mas disse que a população tem o direito de saber se eles cumprem sua função social de criar empregos.

# Delcídio aposta nas PPPs para estimular crescimento

■ Senador admite, contudo, necessidade de regras claras de garantia a investimentos

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou sua confiança de que a aprovação do projeto das parcerias público-privadas (PPPs) pode estimular o crescimento econômico do país e reforçar investimentos em infra-estrutura. Embora esteja convencido de que o Senado caminha para a aprovação de "um bom projeto", Delcídio admitiu que ainda é preciso estabelecer regras claras e permanentes com garantias mínimas aos investimentos dos parceiros das PPPs.

– Enquanto isso não ocorrer, enquanto os marcos regulatórios não estiverem acertados – e de forma definitiva –, ainda viveremos entre o medo e a incerteza – declarou.

Mais do que um marco regulatório, ressaltou o senador



**TEMOR** "Enquanto normas não estiverem acertadas, viveremos entre o medo e a incerteza"

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) em aparte, é fundamental implementar ambiente regulatório, capaz de resguardar, por exemplo, as decisões tomadas pelas agências reguladoras e o cumprimento de acordos firmados sobre a questão no Senado.

Apesar dessas indefinições, Delcídio disse acreditar que há espaço e viabilidade, com retorno assegurado, para investimentos em infra-estrutura. Se tais iniciativas estiverem

## Mão Santa critica aumento da carga tributária no país

O senador Mão Santa (PMDB-PI) recordou ontem que lutou contra a reforma tributária aprovada no ano passado pelo governo do PT no Congresso, por considerar que ela iria pesar ainda mais no bolso do contribuinte. Ele recorreu a matérias divulgadas ontem pelo jornal *O Globo* e a reportagem da Rede Globo de Televisão que, a seu ver, questionam as 61 modalidades de impostos em vigor "e tentam ensinar o cidadão a entender o que paga ao final de um ano".

Mão Santa assinalou que a reportagem do jornal carioca

deduz que um assalariado que recebe R\$ 1 mil por mês paga R\$ 421 mensalmente em descontos tributários.

– Ele paga na verdade 153 dias de impostos por ano – enfatizou, lamentando a constatação de que o governo do PT manteve com maior apetite a sanha arrecadadora dos governos anteriores.

No entendimento do senador, as conversas entre o PMDB e o governo para uma futura coalizão visando à governabilidade do país teriam que passar por uma profunda revisão da política tributária,

ajustadas ao princípio de PPPs devidamente reguladas e fiscalizadas, observou, podem ser bastante atraentes para investidores nacionais e estrangeiros. Como exemplo, ele destacou que chineses do grupo Citic, similar ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), pretendem investir US\$ 5 bilhões em infra-estrutura no Brasil.

Em vez de extinguir ou limitar outros instrumentos do poder público para realizar obras ou serviços à população, as PPPs constituem mais uma alternativa de relacionamento do Estado com a iniciativa privada na concretização desses objetivos, segundo Delcídio. Para ele, o projeto deixa claro que os riscos dos investimentos seriam compartilhados, e o financiamento, viabilizado pelo próprio setor privado.

Ramez Tebet (PMDB-MS) assinalou a importância da participação de Delcídio no debate da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tramitou por seis meses.



**COALIZÃO** Para Mão Santa, PMDB deve exigir do governo profunda revisão da carga tributária

que atualmente pune o cidadão de menor poder aquisitivo.

– O partido pode ser a luz que irá nortear a busca de melhores dias para o governo do Brasil, incluindo aí uma sugestão que estanque essa fome de arrecadação – acrescentou.

## José Jorge lamenta situação falimentar do teatro brasileiro

José Jorge (PFL-PE) destacou ontem a audiência pública realizada pela Comissão de Educação (CE) no dia anterior, na qual foi debatida a dificuldade por que passa a dramaturgia brasileira. Ele informou que artistas como Maria Padilha, Lúcia Veríssimo e Nathalia Thimberg, entre outros, foram

unânimes em dizer que o teatro brasileiro nunca esteve em situação tão difícil quanto a atual.

José Jorge apontou alguns fatores que contribuem para a crise, como o empobrecimento da classe média e os problemas de segurança para se sair à noite nas grandes cidades. Mas também criticou a burocracia

do Ministério da Cultura.

### Show

Desculpando-se por ressaltar uma questão menor no Plenário, José Jorge comunicou a denúncia feita pelo deputado estadual de Pernambuco Sebastião Oliveira (PFL) de que a prefeitura do Recife contratou por R\$ 480 mil a dupla Sandy

e Júnior para realizar hoje um *show* na cidade para lançar campanha de arrecadação de brinquedos usados para crianças carentes da cidade.

Para o autor da denúncia, um *show* da dupla custaria normalmente R\$ 198 mil, com um custo adicional para a prefeitura de "estonteantes R\$ 282 mil".



**DENÚNCIA** José Jorge estranha preço de *show* promovido pela prefeitura de Recife

# Prioridade do Brasil é a OMC, ressalta Amorim

■ Em depoimento na CRE, chanceler brasileiro diz que negociações bilaterais não bastam ao país

As negociações atualmente em andamento na Organização Mundial do Comércio (OMC) são prioridade da agenda internacional brasileira, disse ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Ao responder a uma indagação da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) a respeito do atual estágio de negociações sobre o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia e o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), o ministro afirmou que o país continua interessado nas duas propostas, mas tem também grande interesse nas conversações multilaterais para a liberalização do comércio mundial.

– A negociação fundamental é a da OMC. Outros países têm sido mais rápidos em negociações bilaterais porque têm economias menos complexas. Mas

nós nunca teríamos conquistado as vitórias que obtivemos na OMC nos casos do algodão e do açúcar, por exemplo, em negociações bilaterais – explicou Amorim.

O ministro recordou que as conversações efetivas entre o Mercosul e a União Européia começaram há pouco mais de seis meses. Nesse período, observou, estão sendo debatidos pela primeira vez temas como serviços de telecomunicações, financeiros e marítimos. Mas ficaram para discussões na OMC, relatou, questões polêmicas como a dos subsídios oferecidos aos agricultores pelos europeus.



**INTEGRAÇÃO** Celso Amorim, na reunião presidida por Suplicy (D), destaca preferência por conversações multilaterais para liberalizar comércio mundial

Durante a audiência, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou a Argentina por impor restrições aos produtos brasileiros, e lamentou que o Mercosul não possa negociar um acordo com a China, porque o Paraguai mantém relações diplomáticas com Taiwan, ilha que Pequim considera parte integrante da China.

Em resposta, o ministro Celso Amorim reconheceu os problemas do processo de integração, mas afirmou que essas questões só poderão ser resolvidas com “mais Mercosul, e não menos”.



Fotos: Cédio Azevedo

**CONHECIMENTOS** Juvêncio da Fonseca e Lúcia Vânia coordenam reunião em que a delegação russa se informa sobre trabalho do Brasil na área

## Russos debatem ecologia em subcomissão do Senado

Os senadores da Subcomissão Permanente do Meio Ambiente, ligada à Comissão de Assuntos Sociais, receberam ontem visita da delegação do Comitê de Ecologia da Duma Estatal, da Assembléia Federal da Rússia, para debater questões relacionadas ao meio ambiente. Os parlamentares foram unânimes em elogiar a recente assinatura do Protocolo de Kyoto pela Rússia. O protocolo pretende diminuir a emissão de gases que produzem o efeito estufa.

Esteve presente à comissão o diretor do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Nilo Sérgio de Melo Diniz. Ele lembrou que a política ambiental no Brasil é feita “a muitas mãos”, com grande participação da sociedade e dos três Poderes da República.

O presidente da subcomissão, senador Juvêncio da Fon-

seca (PDT-MS), disse que a legislação brasileira sobre hídricos é modelo. O presidente do Comitê de Ecologia russo, Vladimir Gratchev, informou que a delegação já havia obtido informações sobre a atuação brasileira no setor em reuniões realizadas no Ministério do Meio Ambiente e no Ibama.

A senadora Serys Slhessa-renko (PT-MT), presidente da Frente Parlamentar do Desenvolvimento Sustentável Agenda 21, afirmou que uma grande dificuldade nas negociações brasileiras no comércio mundial de crédito de carbono (a ser recebido por países que emitem menos gás carbônico na atmosfera) era a falta de assinatura, pela Rússia, do Protocolo de Kyoto. A senadora prestou homenagem ao país, em nome do Congresso e da frente parlamentar, pela assinatura do protocolo.

## Meses decisivos para tropas no Haiti

Os próximos seis meses serão um período decisivo para se definir a duração da permanência de tropas brasileiras no Haiti, disse ontem, na audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o ministro das Relações Exteriores. Para que os soldados fiquem no país depois disso, anunciou Celso Amorim, será necessário que o governo provisório daquele país demonstre abertura em relação a todos os setores da sociedade e a todas as correntes políticas.

– Não adotamos um prazo fixo para permanecer no Haiti, mas, se os primeiros seis meses foram de aprendizado, os próximos serão um teste para ver se as coisas estão caminhando na direção certa – informou Celso Amorim, em resposta a questionamento apresentado

por Jefferson Péres durante a audiência.

Na opinião do senador, a missão brasileira se justifica pela solidariedade hemisférica e humanitária, “apesar dos muitos Haitis que existem aqui”. Ele observou que a assistência internacional será inútil enquanto não houver uma recuperação institucional no Haiti.

Amorim lembrou que, desde o início, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendia promover ali uma operação diferente das que já haviam sido realizadas por outros países. A participação brasileira, explicou o ministro, deveria levar em conta tanto o aspecto de manutenção da ordem quanto o de recuperação institucional, econômica e social.

Em relação à reconstrução política do país, Amorim ava-

liou como positiva a prometida realização de eleições no fim do ano que vem, mas considerou necessária a promoção de um diálogo amplo com todas as forças políticas do Haiti.

### Brasileira

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) solicitou a Amorim o apoio do Itamaraty à família da brasileira Maria Raimunda Ribeiro, cujo corpo acaba de ser identificado por autoridades norte-americanas. Mineira de Poços de Caldas, com 54 anos, ela morreu em julho ao tentar atravessar a fronteira entre o México e os Estados Unidos, onde vivia há mais de dez anos. Embora casada com norte-americano e mãe de dois filhos nascidos lá, Maria não obteve visto para voltar ao país, depois de passar uma temporada no Brasil.

## Zambiasi quer discussão sobre concorrência

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sugeriu ontem à apresentação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul a realização de audiência pública para debater as relações comerciais com os países do Mercosul, especificamente a questão da concorrência entre os produtores de vinho, arroz, trigo e do setor agropecuário. Segundo o senador, os produtores reclamam de queda dos preços dos produtos de países da fronteira.

Zambiasi alertou que os produtores gaúchos já bloquearam estradas, dizendo existir uma situação de tensão que pode



**TENSÃO** Relações comerciais entre produtores de países da fronteira preocupa Zambiasi

gerar uma crise maior.

Ainda ontem, a comissão aprovou requerimento do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) para que a comissão realize, no primeiro semestre de 2005, em Brasília, um fórum internacional sobre o tema “Direitos Humanos: Agenda Permanente do Século 21”.